

Violência armada e comércio de drogas ilícitas. Uma revisão integrativa de literatura sobre o Brasil

Armed violence and illicit drug trade.
An integrative literature review on Brazil

Violencia armada y tráfico ilícito de drogas.
Una revisión integradora de la literatura sobre Brasil

Mayalu Matos Silva (<https://orcid.org/0000-0002-0345-1902>)¹

Patrícia Constantino (<https://orcid.org/0000-0001-5835-0466>)¹

Resumo O artigo mapeia relações entre a violência armada (VA) e o comércio de drogas ilícitas (CDI) no Brasil, através de revisão integrativa, focada em pesquisas empíricas. A amostra contou com 20 artigos, categorizados segundo ano da publicação e do trabalho de campo, objetivos, métodos, local do estudo e resultados. Os resultados foram interpretados a partir da análise de conteúdo temática e mostraram que a relação entre CDI e VA se dá sobretudo a partir da Violência Armada Organizada. No entanto essa violência se espalha, afetando a sociedade, sobretudo moradores de periferias. Se destacaram: Disponibilidade de Armas de Fogo (AF), com ampla presença no ambiente do CDI; Ilegalidade e violência, tematizando a necessidade de uso de AF para o CDI devido a sua ilicitude e perspectiva militarizada de repressão; Atuação do Estado, tematiza a ausência de segurança pública preventiva em periferias e a atuação violenta, corrupta e inefetiva do Estado; Domínio territorial armado, mostra a força dos grupos organizados do CDI e os efeitos para a população; Jovens negros: principais vítimas e perpetradores, destaca a vulnerabilidade desses jovens à VA e também Impactos na saúde.

Palavras-chave Comércio de drogas ilícitas, Violência com arma de fogo, Controle de drogas, Homicídios, Populações minoritárias, vulneráveis e desiguais em saúde

Abstract The article maps relationships between armed violence (AV) and the illicit drug trade (IDT) in Brazil through an integrative review focused on empirical research. The sample included 20 articles, categorized according to year of publication and fieldwork, objectives, methods, study location and results. The results were interpreted based on thematic content analysis and showed that the relationship between IDT and AV occurs mainly through Organized Armed Violence. However, this violence spreads, affecting society, especially residents of peripheral areas. The following stood out: Availability of Firearms (AF), with a broad presence in the IDT environment; Illegality and violence, highlighting the need to use FA for the IDT due to its illegality and militarized perspective of repression; State action, thematizes the absence of preventive public security in peripheral areas and the violent, corrupt and ineffective action of the State; Armed territorial dominance, shows the strength of the organized IDT groups and the effects on the population; Young black people: primary victims and perpetrators, highlights the vulnerability of these young people to AV and also Health impacts.

Key words Illicit drug trade, Gun violence, Drug control, Homicides, Health disparate, minority and vulnerable populations

Resumen El artículo mapea las relaciones entre la violencia armada (VA) y el tráfico ilícito de drogas (TID) en Brasil, mediando una revisión integradora, centrada en la investigación empírica. La muestra incluyó 20 artículos, categorizados según año de publicación y campo de trabajo, objetivos, métodos, lugar del estudio y resultados. Los resultados fueron interpretados con base en el análisis de contenido temático y mostraron que la relación entre CDI y VA se da principalmente por medio de la Violencia Armada Organizada. Sin embargo, esta violencia se extiende, afectando a la sociedad, especialmente a los habitantes de las periferias. Se destacaron la Disponibilidad de Armas de Fuego (AF), con amplia presencia en el entorno del CDI; la Ilegalidad y violencia, abordando la necesidad de utilizar AF para la TID por su ilegalidad y perspectiva militarizada de represión; la Acción Estatal, atiende la falta de seguridad pública preventiva en las periferias de las ciudades y la acción violenta, corrupta e ineficaz del Estado; el dominio territorial armado, que muestra la fuerza de los grupos organizados del TID y las afectaciones a la población; Jóvenes negros: las principales víctimas y los victimarios, que destaca la vulnerabilidad de estos jóvenes a la VA y también los impactos en la salud.

Palabras clave Tráfico ilícito de drogas, Violencia con armas de fuego, Control de drogas, Homicidios, Poblaciones minoritarias, vulnerables y con desigualdad sanitaria

¹ Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Av. Brasil 4036, sala 700, Manguinhos. 21040-361 Rio de Janeiro RJ Brasil. mayalu.silva@fiocruz.br

Introdução

O Brasil enfrenta um grande desafio em relação à violência armada (VA). Considerando o homicídio por armas de fogo (HAF), um dos principais indicadores dessa violência, o país ocupou, em 2021, o 11º lugar com as maiores taxas, entre 86 países (<https://ourworldindata.org/grapher/homicide-rates-from-firearms?tab=table>). O conceito de VA vem buscando abarcar a complexidade de um fenômeno que diz respeito à grande presença e uso de armas de fogo (AF) na sociedade, sendo mais abrangente que a definição tradicional de conflitos armados: contestação que diz respeito a um governo ou território, com enfrentamento armado, onde ao menos uma das partes é o governo de um Estado¹.

A partir da década de 1990 os conflitos entre Estados perdem força para os intraestatais, fenômeno marcado pela facilidade na aquisição e uso de AF pela sociedade civil, sem um objetivo político específico². A VA começa a ser observada em contextos de paz formal, sobretudo na periferia do capitalismo e com destaque para a América Latina (AL)³. Nessa região destaca-se a Violência Armada Organizada (VAO)⁴, situação intermitente resultante da ação de grupos civis armados (GCA) com controle territorial, que visam auferir ganhos econômicos ilegais e que podem enfrentar o Estado para garantir estes ganhos⁵. No entanto a VA é mais ampla, pode ser exercida tanto por membros de gangues, membros de forças de segurança privadas, de forças estatais, indivíduos comuns, entre outros⁶. Dessa forma diz respeito à grande presença de AF na sociedade e à violência disseminada por esse uso, tanto por parte de forças estatais quanto de civis armados, com destaque para grupos criminosos, mas que se dissemina na sociedade. Esse fenômeno se expressa pelo uso ou ameaça com AF para prática de violências, controle de território, confrontos, *balas perdidas*, atuação de *snipers*, entre outros⁷. Além dos homicídios, a VA tem graves impactos na saúde das pessoas e ações sociais dos territórios onde ocorre⁸.

Este artigo examina um aspecto deste fenômeno, que é a VA e sua relação com o comércio de drogas ilícitas (CDI) no Brasil. Destaca-se que não há uma relação necessária entre VA e CDI, porém esta pode se configurar a partir de determinantes específicos e a AL vem sendo considerada uma das regiões mais afetadas por essa relação, com a maior taxa regional de homicídios intencionais do mundo: 19.91 em 2021, enquanto a taxa global foi 5.79 (<https://dataunodc.un.org/dp-intentional-homicide->

-victims-est). Destaca-se que a AL é a principal região de produção e comercialização da cocaína, droga lucrativa, que tem no Brasil rota de comércio privilegiado para a Europa⁹. A Guerra às drogas vem sendo aplicada na região desde seu surgimento, na década de 1970. Essa proposta, surgida nos EUA, construiu uma atuação pautada na repressão, militarização e demonização das drogas – sobretudo da cocaína – o que vem marcando as políticas de drogas na AL e no Brasil¹⁰. Dessa forma a criminalização tem sido a principal estratégia estatal para se lidar com a questão das drogas¹¹, enfoque que tem tido poucos resultados e muitas consequências sociais^{12,13}.

No Brasil, se por um lado observamos esse uso intensivo de recursos militarizados, por outro lado observamos o desenvolvimento do CDI, que se desenvolve junto a outras formas de criminalidade. A forte presença da VA traz consequências graves¹³ para a sociedade, como as altas taxas de HAF, que no país apresentam relação importante com CDI¹⁴.

Destaca-se que a insegurança criminal tem a particularidade de ser agravada pela intervenção das forças estatais, devido ao uso rotineiro da violência letal pela polícia, que banaliza a brutalidade do Estado e que gera um clima de terror entre as classes populares, que são o alvo dessas operações¹⁵. Assim, nos interessa observar quais relações entre VA e CDI estão tematizadas na literatura acadêmica brasileira.

Metodologia

Nesse sentido optamos pela revisão integrativa, método sistemático que permite incluir estudos com metodologias diversas¹⁶ a fim de fornecer uma visão panorâmica e, também, síntese de resultados, no caso dessa revisão, com objetivo exploratório. Trabalhamos com dois grupos de descritores, um relacionado à VA e outro à CDI, conforme Quadro 1.

Foram excluídos os artigos duplicados e a triagem da amostra foi feita separadamente por cada autora, primeiro através da leitura dos títulos e resumos e após, artigos completos seguindo os critérios:

a) Inclusão: artigos de pesquisa empírica sobre o Brasil, com trabalho de campo que aborde aspectos sobre VA e/ou CDI e/ou relacione esses temas na discussão, escritos em português, inglês e espanhol.

b) Exclusão: artigos que não faziam menção ao tema VA e CDI no trabalho de campo ou

discussão, realizados fora do Brasil, artigos de revisão, ensaios e resenhas, teses, dissertações, trabalhos de graduação, livros e documentos oficiais.

As amostras foram comparadas, com resultado de 17 artigos. Após leitura realizamos nova busca, por considerar que a segurança pública, questão fundamental relativa a esse tema, estava pouco representada nessa amostra, embora os descritores “Guerra às drogas”, “Política de drogas” e “Repressão às drogas” tenham sido utilizados. Para tanto utilizamos os dois grupos de descritores da busca anterior, referentes à VA por um lado e CDI pelo outro, conjugando cada

um com o termo segurança pública, de forma a buscar destacá-lo (Quadros 2 e 3).

A triagem foi feita seguindo a metodologia já descrita, com resultado de 3 artigos na busca 2 e 0 artigo na busca 3, totalizando 20 artigos, que foram categorizados e analisados segundo ano da publicação e do trabalho de campo, objetivos, métodos, local do estudo e resultados. Os resultados sobre relações entre VA e CDI foram interpretados a partir da análise de conteúdo temática¹⁷: na pré-análise foi feita leitura flutuante, com foco nos resultados e discussão, constituindo *corpus* de análise; após foram levantadas categorias de sentido, a partir da classificação

Quadro 1. Estratégia Busca 1.

Tema	Data	Descritores e Estratégia de Busca*	Resultados
Drogas ilícitas, controle de drogas ilícitas, homicídios e AF.	Setembro 2019	(“Drogas ilícitas” OR “Guerra às drogas” OR “Política de drogas” OR “Repressão às drogas” “Narcotráfico” OR “Tráfico de Drogas Ilícitas” AND “Violência” OR “Homicídios” OR “Homicídios por arma de fogo” OR “Violência armada” OR “Armas de fogo”)	BVS: 267 SciELO:32 Scopus: 59 Web of Science: 85 PubMed: 215 Sociological abstracts: 266 Total: 719

*As buscas foram feitas também com as palavras correspondentes em inglês.

Fonte: Autoras.

Quadro 2. Estratégia Busca 2.

Tema	Data	Descritores e Estratégia de Busca*	Resultados
Homicídios e segurança pública	Abril 2020	(“Homicídios” OR “Homicídios por arma de fogo” OR “Violência armada” OR “Armas de fogo”) AND (“Segurança Pública”)	BVS: 296 SciELO:34 Scopus: 221 Web of Science: 154 PubMed: 54 Sociological abstracts: 82 Total: 564

*As buscas foram feitas também com as palavras correspondentes em inglês.

Fonte: Autoras.

Quadro 3. Estratégia Busca 3.

Tema	Data	Descritores e Estratégia de Busca*	Resultados
Drogas ilícitas e segurança pública	Abril 2020	(“Drogas ilícitas” OR “política de drogas” OR “repressão às drogas” OR “Comércio de Drogas Ilícitas”) AND (“Segurança Pública”)	BVS:68 SciELO: 4 Scopus: 4 Web of Science: 13 PubMed: 1 Sociological abstracts: 2 Total: 79

*As buscas foram feitas também com as palavras correspondentes em inglês.

Fonte: Autoras.

dos temas mais frequentes, seguindo-se a organização das informações, análise dos resultados e interpretação crítica.

Resultados

A amplitude temporal dos artigos vai de 1998 até 2018, com um aumento da produção acadêmica sobre o tema: Década 1990: 1, década 2000: 6, década 2010: 13. A maior parte das publicações foi na área de Saúde Pública: 10, com 3 publicações internacionais (EUA, Alemanha e Inglaterra); seguida por Ciências Sociais: 5, com uma publicação em Portugal; Psicologia: 3. Além de 1 artigo publicado em uma revista brasileira Multidisciplinar (Comunicação, Saúde, Educação) e em uma revista australiana sobre Drogas.

A maioria dos trabalhos foram realizados no Sudeste, com 10 artigos: 2 sobre a capital do Rio de Janeiro (RJ) e 1 sobre o Estado RJ (ERJ); 3 sobre a capital de São Paulo (SP) e 1 sobre a cidade de Ribeirão Preto-SP (RP-SP); 2 sobre Belo Horizonte-MG (BH) e 1 sobre sua região metropolitana (RMBH). Em segundo lugar vem o Nordeste (NE), com 6 artigos: 1 sobre a região NE; 1 sobre o estado de Pernambuco (PE), 1 sobre a cidade de Paulista-PE (PA-PE); 1 sobre a capital Salvador-BA (SSA) e 2 sobre a capital Fortaleza-CE (FOR). A região Sul teve 4 artigos, 1 sobre os municípios do Paraná (PR), 1 sobre o Estado de Santa Catarina (SC), 1 sobre a cidade de Jaraguá do Sul-SC (JS-SC) e 1 sobre a cidade de Porto Alegre-RS (POA). O Brasil (BR) é abordado em 1 artigo. Não foram selecionados trabalhos das regiões Norte e Centro-Oeste.

O principal indicador de violência utilizado nos trabalhos quantitativos e quanti-quali foram os homicídios. Em 9 artigos foram utilizados dados de atestados de óbito: 4 artigos especificaram o estudo com HAF¹⁸⁻²¹ e 5 artigos trabalharam com homicídios em geral. Destes, Lima *et al.*²² fez a relação com AF na discussão dos dados, Sant'anna *et al.*²³, Zaluar e Barcellos²⁴, Barcellos e Zaluar²⁵ e Silva *et al.*²⁶ a partir da parte qualitativa do trabalho de campo. Em 2 artigos foram utilizados dados policiais sobre homicídios: boletins de ocorrência²⁰ e inquéritos policiais^{20,27}, 1 artigo utilizou processos judiciais²⁸. A relação com AF e CDI estava presente nesses documentos. Destaca-se que nessa amostra apenas 3 trabalhos especificam o uso do indicador de mortes por intervenção legal^{18,19,24}, que é medido de forma diferenciada dos homicídios cometidos por civis, tanto nos dados da saúde

– processados pelo Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) através dos atestados de óbito – quanto nos dados policiais – processados a partir de boletins de ocorrência. As menções à violência cometida por agentes de Estado foram referidas principalmente nos trabalhos de campo qualitativos.

Estes também abordaram o fenômeno do homicídio e/ou porte, uso e ameaça por AF, a partir de autores de homicídios²⁸, traficantes²⁷, vítimas²⁹, familiares^{23,30} e amigos de vítimas³⁰, jovens delinquentes³¹⁻³³, estudantes²⁶, jovens moradores de bairros violentos³⁴, jovens moradores de rua³⁵ e profissionais diversos^{26,30,34}. Para tanto foram utilizadas entrevistas em 11 artigos^{23,26-35} e 3 grupos focais^{26,30,34}. Além disso foram realizados trabalhos em bairros periféricos marcados pela violência e/ou narcotráfico: 2 pesquisas de vitimização²⁴, 1 *survey*²⁴, 2 observações participante^{28,35}, 2 pesquisas intervenção^{30,34}, além de 4 etnografias^{24,25,33,36}. A menção ao CDI e AF aparece, sobretudo, nos trabalhos qualitativos²³⁻³⁶ e, também, na discussão de alguns trabalhos quantitativos^{18,19,21,22} (Quadro 4).

Os resultados mostraram que a relação entre CDI e VA se dá sobretudo a partir da VAO, no entanto essa violência se espalha, afetando a sociedade como um todo, sobretudo moradores de periferias. As seguintes categorias se destacaram: Disponibilidade de AF; Ilegalidade e violência; Atuação do Estado; Domínio territorial armado; Jovens negros: as principais vítimas e perpetradores e Impactos na saúde.

Disponibilidade de AF

Os altos lucros do CDI possibilitam a aquisição e a presença facilitada das AF no ambiente do narcotráfico^{35,37}, fazendo com que o tráfico de AF e seu porte ilegal por GCA sejam fatores centrais desta equação^{19-22,24-28,37}. Szwarcwald e Castilho¹⁸ apontam a propagação das AF entre grupos cada vez mais jovens e a proliferação dos homicídios no ERJ a partir da década de 1980, ligada por um lado à necessidade do crime organizado controlar militarmente pontos de CDI^{18,24} e por outro lado à crescente presença de cidadãos comuns armados, amedrontados pela insegurança.

Zaluar e Barcellos²⁴ destacam ainda a disponibilidade de AF para jovens moradores de favelas no RJ e Sant'Anna *et al.*²³ apontam, como fator de vulnerabilidade de adolescentes vítimas de homicídio em POA, que 21% deles tinham o hábito de utilizar AF. Kodato e Silva²⁸ apontam que os homicídios cometidos pelos jovens que

Quadro 4. Síntese Resultados.

Autores e ano de publicação	Objetivos	Métodos	Local e ano do trabalho de campo	Resultados
Busca 1				
Szwarcwald e Castilho ¹⁸ 1998	Caracterizar evolução temporal mortalidade por AF.	Análise temporal e espacial de óbitos AF. Dados: SIM/MS.	ERJ 1979/1992	A taxa de mortalidade por causas externas cresceu de 96 para 125/100 mil, puxada pelas PAF, atribuído ao contrabando internacional de AF, aumento da criminalidade, expansão do CDI e número crescente de indivíduos armados em busca de “proteção”.
Kodato e Silva ²⁸ 2000	Investigar fatores associados a homicídios praticados contra adolescentes.	Dados processos judiciais sobre homicídios/ MP; observação participante e entrevistas com adolescentes internos pela prática de homicídio.	RP/SP Processos judiciais 1995/1998 Trabalho Quali não informado o ano da coleta.	Principais fatores: fragilidade institucional, necessidades financeiras, tráfico de drogas, resolução violenta de conflitos.
Lima <i>et al.</i> ²² 2005	Investigar a associação entre variáveis socioeconômicas e taxas homicídio.	Análise espacial de homicídios da população masculina. Dados: SIM/MS.	PE 1995/1998	O processo de produção e comercialização da maconha em PE contribuiu para aumentar a renda média da população, mas propiciou o aumento da violência.
Sant’Anna <i>et al.</i> ²³ 2005	Caracterizar situações de vulnerabilidade ao homicídio.	Relatos das famílias e estudo de série de casos de vítimas de homicídios (10/19 anos). Dados: SIM/MS.	POA 1997	Jovens em situação de vulnerabilidade social, abandono escolar, baixa renda <i>per capita</i> e escolaridade dos pais. Predomínio de mortes entre o sexo masculino. Antecedentes criminais, principalmente por assalto e CDI e hábito de uso de AF.
Barata <i>et al.</i> ²⁰ 2008	Identificar padrões de ocorrência de homicídios segundo estratos de condições de vida.	Análise de conglomerados por amostra aleatória de homicídios. Dados: atestados de óbito (SEADE) boletins de ocorrência e inquéritos policiais de homicídios.	SP 1998	Estrato A: associação com assaltos. Estratos B, C e D: associação com CDI e outras atividades ilegais. Estrato E: associação com brigas e desavenças. Observa-se aumento proporcional crescente das vítimas negras e jovens à medida que se passa do estrato A para o estrato E. Quanto aos motivos: 37,3% desconhecidos, 21% tráfico/consumo de drogas, 19,6% brigas e outros motivos fúteis, 12,1% assaltos seguidos de morte e 10% vingança. Uso de AF em 83%.
Mclennan <i>et al.</i> ³² 2008	Descrever experiências com CDI de jovens delinquentes e identificar experiências adversas. Febem/SP.	325 entrevistas com jovens (12/17 anos).	SP 2004	Uso abusivo de substâncias, abandono escolar, envolvimento com <i>gangs</i> , testemunhar violência, acesso facilitado a AF, drogas e álcool foram significativamente relacionados com envolvimento com CDI.

continua

entrevistou, quase totalmente foram cometidos por AF, que são de fácil acesso. Mclennan *et al.*³² referem em sua amostra que os jovens têm facilidade em obter AF. Saporì *et al.*²⁷ sublinham

que as chances de um homicídio ser cometido por AF em BH é 3,5 vezes maior que as cometidas por outro meio.

Quadro 4. Síntese Resultados.

Autores e ano de publicação	Objetivos	Métodos	Local e ano do trabalho de campo	Resultados
Vieira ³³ 2011	Analisar situações de violências em três instituições para adolescentes.	Etnografia e entrevistas 16 adolescentes (13/18 anos) em cumprimento de medida socioeducativa.	SC Não informado o ano da coleta.	Identificação de histórias sobre a vida no narcotráfico, risco constante e a relação com a morte.
Andrade <i>et al.</i> ¹⁹ 2011	Identificar características mortalidade.	Estudo ecológico, transversal com coeficientes de mortalidade de homicídios e intervenções legais jovens homens (15/29 anos). Dados: SIM/MS	PR 2002-2004	O coeficiente de mortalidade no PR foi de 94,8/100mil. O percentual do uso de AF em municípios com mais de 150 mil ha é de 85%. O CDI é importante fator para a interiorização dos homicídios, sobretudo na fronteira com o Paraguai, e em cidades à margem das rodovias que ligam as fronteiras à região sudeste.
Marinho e Andrade ³⁷ 2011	Analisar taxa homicídio.	Pesquisa exploratória de série temporal de homicídios, em diálogo com a literatura. Dados: SIM/MS.	RMBH 1998/2007	O CDI, especialmente do crack, é elemento relevante para o estudo dos homicídios.
Sapori <i>et al.</i> ²⁷ 2012	Analisar relação entre homicídios e CDI.	Amostra de 673 inquéritos de homicídios e 19 entrevistas com traficantes.	BH 1993/2006	18,5% dos homicídios estavam relacionados a conflitos do narcotráfico, com aumento deste percentual - 1993 a 1996: 8,3%. 1997 a 2004: 19,2%. 2005 a 2006: 33,3%. A chegada do crack foi decisiva no incremento dos homicídios.
Malvasi ³⁶ 2013	Examinar influência da facção Primeiro Comando da Capital (PCC) na gestão da violência do CDI.	Etnografia em dois bairros da periferia.	SP 2009/2011	A difusão do PCC como o poder orientador do crime levou à redução dos índices de homicídios nos anos 2000.
Zaluar e Barcellos ²⁴ 2013	Discutir taxas homicídio considerando conflitos armados (CA) pelo domínio de favelas.	Pesquisa de vitimização realizada no RJ e nas favelas da cidade, survey, etnografia e análise ecológica da distribuição de homicídios. Dados: SIM/MS	RJ Pesquisa de vitimização RJ (2005/2006) e nas favelas (2007), <i>survey</i> (2010), etnografia (data não informada) e análise ecológica da distribuição de homicídios (2006/2009).	As áreas de CA se dão em locais estratégicos para obtenção e distribuição de AF e drogas. A configuração dos CA se dá nos territórios do CDI, habitados sobretudo pela população negra e pobre. Destaca-se a ausência de policiamento preventivo e atuação violenta e corrupta da polícia nas favelas.

continua

Ilegalidade e violência

A ilegalidade do CDI^{26,27} é apontado como fator que incita ao fortalecimento de uma cultura específica e violenta de resolução de conflitos.

A ilegalidade não impede o desenvolvimento do mercado, mas faz com que ele se desenvolva de maneira ilícita e criminal, sendo a presença de AF fundamental para proteção do lucrativo negócio criminoso^{27,36}, tanto em relação a ou-

Quadro 4. Síntese Resultados.

Autores e ano de publicação	Objetivos	Métodos	Local e ano do trabalho de campo	Resultados
Barcellos e Zaluar ²⁵ 2014	Avaliar o risco de homicídios em favelas considerando disputas territoriais.	Etnografia e Análise espacial de homicídios. Dados: SIM/MS e ISP/RJ.	RJ 2006/2009	Dentro das favelas os traficantes oferecem “proteção” à população, porém a presença do tráfico armado em zonas estratégicas da cidade aumenta as taxas de mortalidade por homicídio no entorno de favelas. Aproximadamente 1/3 dos homicídios aconteceu em áreas próximas aos domínios de grupos varejistas de drogas, sobretudo em zonas de conflito entre domínios armados rivais. Destaca-se o papel das AF na socialização de jovens e a corrupta logística que aporta AF para os grupos criminosos.
Zilli ³¹ 2015	Compreender práticas de violência entre grupos delinquentes em favelas.	40 entrevistas com jovens, membros de grupos armados, em cumprimento de penas por atos criminosos.	RMBH 2010/2011	Os processos de sociabilidade e identidade destes grupos são fundamentados no uso instrumental e simbólico da violência, com ênfase no uso de AF. As punições para infrações relativas a CDI são marcadas pelo homicídio. Destaca-se a ausência da polícia e a “segurança” exercida por traficantes na favela.
Auger <i>et al.</i> ²¹ 2016	Investigar diminuição expectativa de vida no BR e comparar com o Canadá.	Estimativas a partir de dados sobre óbitos, nascimentos e população. Dados: SIM/MS e Statistics Canada.	Brasil e Canadá 2010	Em 2010 os homens tiveram uma expectativa de vida de 71,63 anos (BR) e 79,86 anos (Canadá). Os HAF foram a principal causa que diminuiu a expectativa de vida dos homens no BR, respondendo por 72% dos homicídios. As taxas de homicídios nas favelas são altas e exacerbadas pelas condições que compõem a violência, como iniquidade de renda, narcotráfico, contrabando de AF e crime organizado.
Freitas <i>et al.</i> ²⁹ 2017	Identificar perfil clínico epidemiológico jovens vítimas PAF internados em hospital referência.	Entrevistas com 231 jovens (12/24 anos).	NE 2014	Principais causas da agressão: Desavenças (25%), motivo desconhecido (16%), acerto de contas por traficante (14%), “bala perdida” (14%), assalto (11%), atos infracionais (10%). 69% envolvidos diretamente na prática da VA. Destacam-se os conflitos relacionados ao narcotráfico e à polícia.
Benício <i>et al.</i> ³⁰ 2018	Analisar homicídios juvenis.	Pesquisa-intervenção, entrevistas e grupos focais. 97 jovens. 54 profissionais.	FOR 2015	O fortalecimento do narcotráfico, políticas de segurança militarizadas, naturalização da morte de corpos racializados e desamparo socioinstitucional de jovens em periferias modificaram a dinâmica da violência.

continua

tros GCA interessados no seu lucro, quanto em relação à polícia, que irá reprimir os atos ilícitos^{24,35}, o que torna os moradores de territórios dominados pelo CDI especialmente vulneráveis à VA.

Destaca-se que nesses territórios é referido o exercício de um poder pautado em uma lógica extralegal e violenta de resolução de conflitos^{27,28,30,32-35} que torna a VA banal³⁵. Esta se relaciona tanto a disputas territoriais para

Quadro 4. Síntese Resultados.

Autores e ano de publicação	Objetivos	Métodos	Local e ano do trabalho de campo	Resultados
Busca 2				
Silva <i>et al.</i> ²⁶ 2013	Compreender homicídios em dois municípios de comportamentos opostos entre 1980/2007: PA/PE e JS/SC	12 entrevistas com gestores, conselheiros tutelares, policiais, lideranças comunitárias; 12 grupos focais com profissionais de saúde, jovens, professores, estudantes, familiares de jovens. Cálculo de taxas de homicídios. Dados: SIM/MS.	PA/PE e JS/SC 2010	Em ambos os municípios o consumo de drogas e o CDI foram apontados como principais causas dos homicídios. A ilegalidade do produto, a política de segurança repressiva, o porte ilegal e o tráfico de AF criam um cenário fértil para a ocorrência dos homicídios. Em PA/PE esses efeitos são agravados devido à disputa de territórios por grupos rivais de traficantes.
Ursin ³⁵ 2014	Investigar consumo de crack em cenas de uso.	Estudo longitudinal feito ao longo de 4 anos, com três períodos de campo distintos. Observação participante e entrevistas com 11 homens jovens. (18/28 anos) que viviam na rua.	SSA Não informado os anos da coleta.	O artigo problematiza as relações entre uso do crack, crime de rua, homicídios e AF, com destaque para a repressão que incide sobre os consumidores de crack.
Barros <i>et al.</i> ³⁴ 2018	Analisar pacto de “pacificação” do narcotráfico.	Pesquisa-intervenção, entrevistas, grupos focais com homens jovens (15/29 anos) e profissionais.	FOR 2015/2016	Sob a retórica da “paz”, lógicas de guerra se perpetuaram por outros meios, ampliando a gestão do CDI e AF, afetando sobretudo segmentos juvenis cujas vidas são consideradas “descartáveis”.

Fonte: Autoras.

CDI^{18,24,27,35}, quanto a relações de abuso de poder dentro de territórios de domínio de GCA, em relação a acerto de dívidas relativas a venda ou consumo de drogas³⁵ e controle de roubos e outros delitos dentro desses locais^{27,34,36}. Destaca-se que a prática de delitos patrimoniais nesses locais aumenta o risco de sofrer violência homicida^{34,35}. Em SC, Vieira³³ chama a atenção para os relatos de adolescentes sobre a banalidade da morte no narcotráfico.

Sapori *et al.*²⁷ apontam que as práticas despóticas de violência em BH não se resumem a questões do CDI, mas frequentemente passam a ser incorporadas como comuns nestas localidades, fazendo com que simples mal entendidos sejam resolvidos de forma extrema, levando à banalização dos homicídios. Kodato e Silva²⁸, falam do fenômeno de adolescentes mortos por GCA por engano, confundidos com outra pessoa.

Atuação do Estado

A ausência de uma efetiva segurança pública preventiva em territórios periféricos é referida em SSA³⁵, RJ²⁴, PA-PE²⁶ e FOR^{30,34} como importante fator que permite o CDI. Por outro lado, a ação violenta da polícia é observada nesses locais, fruto do recrudescimento da militarização e do policiamento ostensivo, requerido pela Guerra às Drogas, e em detrimento de ações de integração das forças de segurança e inteligência³⁰. Como destaca Benício³⁰, a violência é banalizada como forma aceitável de resolução de conflitos e é requerida publicamente como política de segurança, sendo referida como um dos fatores para a produção de VA e intensificação dos homicídios na periferia de FOR, tanto de jovens, sobretudo negros, quanto também de policiais, o que também é referido por Zaluar e Barcellos²⁴ no RJ.

Nesse sentido se destaca a criminalização da juventude periférica, pobre e negra, identificada socialmente como “inimigo interno” e corpo matável^{24,30,34}. A estigmatização do território, como local violento, dominado por traficantes, criminaliza toda a população jovem local, que passa a ser alvo de ações policiais arbitrárias de forma indistinta. Esse processo, junto à violência policial ostensiva e à falta de policiamento preventivo nas periferias, provoca desconfiança e quebra de legitimidade da polícia nesses locais, favorecendo o domínio territorial violento de GCA^{26,30,34}. Zaluar e Barcellos²⁴ aponta que a imagem da PM/RJ, como violenta e corrupta, atingiu percentuais acima de 70% entre os jovens e de 92% entre jovens de 15 a 19 anos.

Outro ponto destacado é a ineficiência do Estado em atribuir responsabilidades para os homicídios que acontecem nas periferias^{28,30,34} ou entre população em situação de rua³⁵, que são banalizados como acertos de contas do CDI, ou mesmo “higiene social”²⁸, sem merecer a atenção do poder público, o que colabora com a banalidade deste fenômeno.

A crescente insegurança e a desconfiança na instituição policial são referidas como mote para a expansão de formas de segurança privada. Estas têm dado origem a outros GCA que fazem uso da VA, conhecidos como “milícias”, no RJ²⁴ e FOR³⁴, e grupos de extermínio em PA-PE²⁶, em muitos casos envolvendo membros das forças do Estado^{24,26}.

Outro aspecto é a corrupção de agentes da lei^{24,25,26,35}, que através da participação ativa, cumplicidade e impunidade, garantem a presença de AF e a continuidade do CDI. Essas atividades ilícitas, praticadas por agentes do Estado, ampliam a desconfiança e o sentimento de insegurança da população²⁶ e reforçam o CDI³⁵.

Domínio territorial armado

Essa violência não está igualmente distribuída pelas cidades, mas está localizada em determinadas áreas de periferia, que se configuram como territórios de domínio de GCA que atuam no CDI em BH^{27,37}, PE²², SSA³⁵ e RJ^{24,25}, o que aumenta o risco de disputas territoriais entre GCA rivais^{26,31}. O domínio de território implica em considerar que, nesses locais, o poder da força é exercido por grupos diversos ao Estado, que serão retaliados com a repressão violenta por parte do Estado.

Zaluar e Barcellos²⁴ apontam que a rivalidade entre GCA que vendem drogas no RJ deu origem a uma corrida armamentista. Esta vem

se desenvolvendo há décadas e se expressa no mapa apresentado pelos autores, da distribuição espacial dos GCA no RJ entre 2005 e 2010, sobretudo nos territórios habitados pela população negra.

Os autores mostram que as áreas localizadas perto de grandes vias de circulação, portos, aeroportos e depósitos de armamentos das Forças Armadas são as que apresentam maior concentração de HAF, decorrentes de conflitos armados pelo domínio local – sobretudo entre grupos de CDI, mas também com as polícias e com as milícias²⁵ – por oferecerem melhor logística para obtenção e distribuição de AF e drogas.

Essa disputa territorial também é relatada em PA-PE²⁶, FOR^{30,34}, SSA³⁵ e BH³¹, com destaque para o caráter fragmentado dos grupos criminosos rivais da capital mineira, o que aumenta o potencial de conflitos violentos, seja de ordem pessoal, territorial ou criminal.

Aspecto importante é a violação do direito de ir e vir dos moradores desses locais, que muitas vezes perdem a vida por cruzar limites territoriais ou mesmo apenas morar em determinada localidade e ser identificado de alguma forma com uma facção rival, mesmo sem ter envolvimento com o CDI^{24,27,30,34}. Essa situação também leva ao impedimento de frequentar espaços de lazer e equipamentos sociais como escolas e postos de saúde³⁴, além de levar à expulsão de casas e comunidades, aumentando o contingente de pessoas em situação de rua em FOR³⁰.

Um aspecto digno de nota é a gestão da violência por grupos ligados ao CDI, mostrando a força desses grupos e um processo autônomo à segurança pública estatal. Em SP, embora seja relatado domínio territorial e uso de AF, essa disputa violenta entre grupos rivais e com a polícia não foi verificada, o que foi atribuído ao domínio do PCC e um direcionamento deste para diminuir a violência homicida e garantir menos riscos para a atividade econômica, na primeira década do século XXI³⁶.

Em FOR essa gestão também foi referida, através do fenômeno descrito como “pacificação”, pactuação local entre GCA, ocorrida entre 2015 e meados de 2016, caracterizada pela proibição do ciclo de vinganças e práticas de homicídios^{30,34}. Esse processo diminuiu a violência entre os GCA, ampliou os conflitos com a polícia e também exacerbou o poder violento de cada grupo em seus territórios, mostrando a arbitrariedade da “pacificação” e também a necessidade da espetacularização da imposição da ordem pela força³⁴. A expressiva diminuição dos

homicídios nesse período mostra a gravidade do fenômeno de rivalidade entre GCA nas periferias de FOR e aponta para a dificuldade do Estado em exercer o controle da força nesses locais, garantindo formas não violentas de mediação³⁴.

Jovens negros: principais vítimas e perpetradores

Aspecto fundamental é que esta violência afeta sobretudo os homens jovens^{18,19,21,25,29,37} e negros^{20,23,24,28-32,34}. Zilli³¹ observa que autores e vítimas de homicídios possuem o mesmo perfil sociodemográfico (jovens, negros, pobres e com baixa instrução formal), moram na mesma vizinhança (favelas e bairros de periferia) e matam e morrem em função de conflitos violentos em seus próprios territórios. Kodato e Silva²⁸ e Saporì *et al.*²⁷ destacam que os adolescentes são colocados na linha de frente do narcotráfico, sendo utilizados como matadores e assumindo a autoria de crimes. Kodato e Silva²⁸ e Sant'anna *et al.*²³ destacam um ciclo de vitimização dos jovens: envolvimento com atos infracionais, apreensões pela polícia, passagens por instituições, engajamento no narcotráfico, uso e porte de armamento pesado, matar e morrer.

Impactos na saúde

Relativo aos impactos na saúde, Freitas *et al.*²⁹ mostram, em hospital de referência no NE, grande frequência na internação hospitalar de jovens lesionados por PAF, com frequente deficiências e limitações funcionais. A presença do narcotráfico nas periferias, como um mercado de trabalho para jovens vulneráveis, é sublinhada por diversos autores^{19,23,26,27,36}, muitas vezes relacionado aos conflitos por AF que vitimizam esses jovens^{29,33}. Auger *et al.*²¹ também destacam a magnitude das lesões e incapacidades por PAF, relacionada a perdas econômicas e sociais para o país.

Discussão

Goldstein³⁸ destaca que uma das possíveis relações entre a questão das drogas e a violência diz respeito a padrões agressivos de interação do sistema de distribuição e uso de substâncias ilícitas. O fato dele operar fora da legalidade e a disputa pelos lucros faz com que medidas extremas de violência, sobretudo o HAF, sejam lugares comuns de regulação deste mercado, dando

origem ao que ele denominou de violência sistêmica. Porém, como aponta Garzón-Vergara³⁹, a existência CDI não necessariamente se traduz em altos níveis de violência letal, mas essa relação é fortalecida a partir de dois aspectos principais, o acesso à AF e a debilidade da autoridade legítima do Estado, ambos aspectos destacados nesta revisão.

Cabe sublinhar que as consequências mais nefastas dessa relação afetam desproporcionalmente um grupo bastante específico, formado por populações periféricas e pobres, especialmente jovens negros com baixa escolaridade. O mercado de drogas, no BR, se fortalece a partir da precariedade estrutural das formas de subsistência e funciona como importante local de trabalho e inserção social para a juventude negra e vulnerável^{19,23,26,27,29,33,36}. A relação deste mercado com as AF incita uma violência sistêmica que parece estar concentrada na base da cadeia hierárquica do CDI.

Para Wacquant¹⁵, a difusão de AF e o desenvolvimento de uma economia estruturada da droga, ligada ao tráfico internacional, representam o crescimento de economias predatórias que absorvem os excluídos da economia formal. Elas respondem à insegurança social gerada pelas políticas econômicas neoliberais, que vem desde a década de 1980 reduzindo o trabalho assalariado e as proteções coletivas. Esse processo se agrava em países como o BR, onde as acentuadas desigualdades sociais e econômicas e a tradição democrática incipiente, ao se combinar com o mercado de AF, fortalecem a violência criminal.

Valencia⁴⁰ propõe o termo capitalismo *gore* para se referir à violência explícita e injustificada, frequentemente relacionada ao crime organizado, que se constitui como uma ferramenta de necroempoderamento – processos de transformação de contextos de vulnerabilidade em possibilidades de autopoder – que são configurados a partir de práticas perversas baseadas na violência. Esse processo, no entanto, faz parte de uma estrutura econômica que o sustenta e, portanto, é um resultado oculto dos processos de globalização neoliberais, assumindo um caráter central nas fronteiras da economia capitalista hegemônica. Assim, a autora aponta que essa violência não se circunscreve apenas aos indivíduos que a praticam, mas está ligada a uma estrutura social que torna precária a vida de uma grande parte da população mundial, especialmente localizada no sul global.

Mbembe⁴¹, através do conceito de necropolítica, vai buscar circunscrever experiências

de destruição material de corpos e populações, como formas de operacionalização do espaço político a partir da violência, em contextos históricos marcados pelo colonialismo e racismo. Nesses contextos, o exercício do direito de matar, embora também exercido pelo Estado, não é mais monopólio deste, coexistem outras formas de exercício de poder, como instâncias jurídicas de fato que detém o direito de exercer a violência. O autor chama a atenção para a demarcação de movimentos de capital transnacional, que concentram atividades relacionadas à extração de recursos valiosos, e que se convertem em espaços de guerra e morte. Tal funcionamento, marcado por tecnologias de destruição e colocado em prática por GCA que controlam territórios e agem por trás do Estado, é também característico do CDI.

Como destaca Garzón-Vergara³⁹, no caso do CDI, essa violência se relaciona à disputas entre grupos, guerras por territórios e pelo uso da força para impor uma ordem informal sobre as comunidades. Porém, complexificando a questão, esse controle territorial também pode reduzir a incidência de homicídios, quando há regulação da violência nesses locais ou algum tipo de acordo entre grupos rivais, fato que também é documentado na literatura brasileira^{30,34,36}.

Outro aspecto desse processo diz respeito ao papel do Estado, tanto a incapacidade em estabelecer o monopólio legítimo do uso da força quanto as relativas taxas de impunidade de crimes violentos, possibilitam ao CDI liberdade para agir³⁹. Nesse sentido, a Guerra às drogas na AL, seu foco em operações militares e policiais, são fatores que acabam impulsionando a violência.

Wacquant¹⁵ aponta para a intensificação da intervenção do aparelho policial e judiciário sobre a delinquência de rua, que pretende remediar com “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social, relegando à dimensão criminal a questão da segurança. No caso do BR, este autor destaca o uso banalizado da violência letal pela polícia, o que deslegitima o papel da segurança pública entre as classes populares, em sua maioria negras, que são o alvo dessas operações brutais.

Zaluar⁴² também chama a atenção para a ineficiência da atuação repressiva, centrada em pequenos negociantes de classes populares e não nos grandes traficantes e lavadores de dinheiro. A inefetividade da segurança pública preventiva nas áreas de favelas e periferias, a capacidade corruptiva do tráfico e a atuação violenta da polícia levam à falta de credibilidade desta instituição⁴². No entanto, o caminho para a diminuição

dos homicídios passa pela legitimidade do Estado em garantir direitos fundamentais e não na aposta da repressão violenta, que historicamente não tem sido capaz de influenciar o comportamento das organizações criminosas na AL³⁹.

O processo de proibição, criminalização e demonização que cerca o tema das drogas colabora para o crescimento de um mercado obscuro, que se desenvolve como uma economia predatória e violenta. Por outro lado, esse processo colabora para o fortalecimento de uma imagem estigmatizada, sobretudo daqueles que atuam no CDI que, como apontam Reis e Guareschi⁴³, ocupam o papel de “inimigo interno”, o que legitima socialmente as arbitrariedades contra seus corpos. No entanto, esse estigma muitas vezes recai sobre populações inteiras que habitam esses territórios, sobretudo jovens negros, que acabam sendo alvo de suspeição criminal e/ou atos violentos do Estado. Assim, enquanto a participação de jovens em atos violentos mobiliza a opinião pública e alimenta o punitivismo, a vitimização desses mesmos jovens e a vulnerabilidade a este ciclo de violência ocupam lugar secundário no debate público³¹.

Considerações finais

Esta revisão mostra um cenário preocupante e persistente da relação entre VA e CDI no BR, que prioriza a questão das drogas como crime, em detrimento de uma visão de saúde pública, reiterando um modelo de política de drogas pautado na exclusão daqueles envolvidos no CDI. Isso incita ao desenvolvimento obscuro desse mercado e faz com que suas engrenagens sejam cada vez mais marginalizadas e marcadas pelas AF. Nesse processo de ênfase na militarização, espirais de violência são incitadas, sobretudo sobre as classes mais desprivilegiadas.

Ao passo que devemos evitar relações impróprias de causalidade, é fundamental observar características desse processo violento, que perpassam a relação entre privação de meios de subsistência, precariedade institucional, mercados predatórios, AF, intensidade da violência, racismo e criminalização da pobreza. Dessa forma, as relações entre VA e CDI se associam a questões estruturais de uma sociedade colonizada e racista, aprofundando seus processos de desigualdade.

É urgente desconstruirmos essa máquina de destruir gente, questionando os processos que engendram essa situação. Não há respostas fáceis, porém, após décadas de tentativa, preci-

samos olhar para os impactos nefastos e resultados insuficientes desse enfoque militarizado e construir uma forma mais racional de lidar com essas questões, sobretudo centrada na perspectiva da saúde e dignidade humana.

Colaboradores

MM Silva trabalhou na concepção, conceituação, curadoria de dados, investigação, metodologia, análise e redação. P Constantino trabalhou na concepção, conceituação, curadoria de dados, investigação, metodologia, análise e redação.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado durante o estágio de investigação doutoral da autora Mayalu Matos Silva, realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra sob orientação do Doutor Bruno Sena Martins, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

- Wallenstein P, Sollenberg M. Armed Conflict, 1989-2000. *J Peace Res* 2001; 38(5):629-644.
- Sousa FX. A evolução do conceito de violência armada [Internet]. 2014 [acessado 2023 jun 10]. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/2877>.
- Moura T. *Novíssimas Guerras: Espaços, Identidades e Espirais da Violência Armada*. Coimbra: Almedina; 2010.
- Motta BL, Dutra GC. Violência Armada Organizada: um fenômeno que ameaça fronteiras estatais. *Oikos* 2010; 9(1):85-105.
- Dowdney L. *Crianças do Tráfico: Um estudo de caso de crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras; 2003.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). *Conflict and Fragility: Armed Violence Reduction-Enabling Development*. Paris: OECD Publishing. 2014.
- Silva MM, Ribeiro FML, Frossard VC, Souza RM, Schenker M, Minayo MC. “No meio do fogo cruzado”: reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do RJ. *Cien Saude Colet* 2021; 26(6):2109-2118.
- Ribeiro FML, Silva MM, Andrade CB, Oliveira CA, Barbosa I, Almeida BC, Santos MMSN. Impactos da Violência Armada na Saúde: estudo de caso em Manguinhos/RJ. In: Barros C, Santos L, Sardinha M, Vianna P, organizadores. *Artigos do Congresso Internacional Falando sobre Segurança Pública na Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré; 2022. p. 87-96.
- Polet F. Narcotráfico: Ravages du narcotrafic, naufrage de la «guerre aux drogues». In: *La guerre aux drogues en question: points de vue du Sud*. Paris: Editions Syllepse, Louvain-la-Neuve, Centre Tricontinental; 2013.
- Del Omo R. *A face oculta da droga*. Rio de Janeiro: Revan; 1997.
- Fiore M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos Cebap* 2012; 92:9-21.
- Gomes-Medeiros D, Faria PH, Campos GW, Tófoli LF. Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessários. *Cad Saude Publica* 2019; 35(7):e00242618.
- Silva MM. *Controle de substâncias ilícitas e seus impactos em violência e saúde. Estudo de caso no Rio de Janeiro (Brasil) e Lisboa (Portugal)* [tese]. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz; 2023.
- Daudelin J, Ratton JL. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. *Tempo Soc* 2017; 29(2):115-134.
- Wacquant L. *As prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar; 2011.
- Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm* 2008; 17(4):758-764.
- Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977.
- Szwarcwald CL, Castilho EA. Mortality by firearms in the state of Rio de Janeiro, Brazil: a spatial analysis. *Rev Panam Salud Publica* 1998; 4(3):161-170.
- Andrade SM, Soares DA, Souza RKT, Matsuo T, Souza HD. Homicídios de homens de quinze a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, de 2002 a 2004. *Cien Saude Colet* 2011; 16(Supl. 1):1281-1288.
- Barata RB, Ribeiro MCSA, Sordi MD. Desigualdades sociais e homicídios na cidade de São Paulo, 1998. *Rev Bras Epidemiol* 2008; 11(1):3-13.
- Auger N, Le Serbon E, Rasella D, Aquino R, Barreto ML. Impact of homicide and traffic crashes on life expectancy in the largest Latin American country. *J Public Health* 2016; 38(3):467-473.
- Lima MLC, Ximenes RAA, Souza ER, Luna CF, Albuquerque MFPM. Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no Estado de Pernambuco. *Rev Saude Publica* 2005; 39(2):176-182.
- Sant’Anna A, Aerts D, Lopes MJ. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Cad Saude Publica* 2005; 21(1):120-129.
- Zaluar A, Barcellos C. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. *Rev Bras Cien Soc* 2013; 28(81):17-31.
- Barcellos C, Zaluar A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Rev Saude Publica* 2014; 48(1):94-102.
- Silva JG, Valadares FC, Souza ER. O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros. *Interface (Botucatu)* 2013; 17(46):535-547.
- Sapori LF, Sena LL, Silva BFA. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. *Dilemas* 2012; 5(1):37-66.
- Kodato S, Silva APS. Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. *Psicol Reflex Crítica* 2000; 13(3):505-515.
- Freitas NA, Silva AVS, Brasil AC, Bastos VPD, Fernandes LCBC. Perfil clínico-epidemiológico de adolescentes e jovens vítimas de ferimento por arma de fogo. *Cad Saude Colet* 2017; 25(4):429-435.
- Benício LF, Rodrigues JS, Leonardo C, Barros JPP, Silva DB, Costa AF. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. *Psicol Cien Prof* 2018; 38(n. esp. 2):192-207.
- Zilli LF. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnografica* 2015; 19(3):463-487.
- McLennan JD, Bordin I, Bennett K, Rigato F, Brinkerhoff M. Trafficking among youth in conflict with the law in Sao Paulo, Brazil. *Soc Psychiatry Psychiatric Epidemiol* 2008; 43(10):816-823.
- Vieira D. Histórias sobre homicídios entre jovens: “Mundo do crime” e comensurabilidade. *Dilemas* 2011; 4(2):281-308.
- Barros JPP, Paiva LFS, Rodrigues JS, Silva DB, Leonardo CS. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Rev Psicol* 2018; 9(1):117-128.
- Ursin M. “Crack Ends it all?” A Study of the Interrelations between Crack Cocaine, Social Environments, Social Relations, Crime, and Homicide among Poor, Young Men in Urban Brazil. *Contemp Drug Problems* 2014; 41(2):171-199.
- Malvasi PA. The “mind” and homicide: Violence management in drug trafficking in São Paulo. *Dilemas* 2013; 6(4):675-698.

37. Marinho MAC, Andrade LT. O sobe e desce das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública. *Dilemas* 2011; 4(2):229-259.
38. Goldstein PJ. "The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework". *J Drug Issues* 1985; 14(15):493-503.
39. Garzón-Vergara JC. Qual é a relação entre o crime organizado e os homicídios na América Latina? [Internet]. Instituto Igarapé; 2016 [acessado 2022 ago 19]. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Homicide-Dispatch_3_PT_07-07.pdf.
40. Valencia S. *Capitalismo Gore*. Espanha: Melusina; 2010.
41. Mbembe A. *Necropolítica*. São Paulo: N.1; 2018.
42. Zaluar A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estud Av* 2007; 21(61):31-49.
43. Reis C, Guareschi NMF. Produção de morte como prática de governo: discursos sobre segurança pública. *Rev Polis Psique* 2014; 3(3):58.

Artigo apresentado em 27/09/2023

Aprovado em 03/04/2024

Versão final apresentada em 05/04/2024

Editores-chefes: Maria Cecília de Souza Minayo, Romeu Gomes, Antônio Augusto Moura da Silva